

RESUMO - COM COMUNICAÇÃO ONLINE - GT 05: AS INTERLOCUÇÕES
ENTRE RELIGIÃO, POLÍTICA E DEMOCRACIA NA CONTEMPORANEIDADE

DISCURSO ANTIFEMINISTA: REPRESENTAÇÃO DE MULHERES NO CENÁRIO POLÍTICO

Claudete Beise Ulrich (claudete@fuv.edu.br)

A presente comunicação analisa a desconexão estrutural entre o aumento de mulheres no espaço político e a efetiva defesa dos direitos das mulheres. O debate eleitoral brasileiro de 2026 funcionou como um laboratório dessa contradição, evidenciando como a negação do feminismo e do feminicídio foi convertida em plataforma política.

Um exemplo desse fenômeno materializou-se na eleição de Eduarda Campopiano (PL) em São Paulo. A deputada estadual mais votada da legislatura na ALESP com 1.956.238 votos. A parlamentar projetou-se declarando-se "a maior inimiga das feministas" e questionando a existência do feminicídio como categoria penal autônoma. A narrativa mobilizada por ela defende que o crime não deve possuir tipificação específica de gênero, sugerindo a sua substituição pelo agravante de "superioridade física masculina". Heleieth Saffioti define esta questão como o esvaziamento da violência de gênero: ao reduzir o crime feminicídio a uma diferença biológica (homens são mais fortes que as mulheres). A dimensão macroestrutural da violência patriarcal-capitalista é transformada de um crime de ódio contra as mulheres (feminicídio), em uma simples questão de diferença física entre homens e mulheres.

O paradoxo acentua-se quando se observa que parlamentares usufruem diretamente das conquistas das lutas históricas do movimento feminista, como o direito de votar e ser votada, combatendo o movimento feminista que lhes garantiu a participação política. A presença destas vozes femininas serve como um escudo retórico, blindando as bancadas masculinas de acusações de machismo, misoginia e violência política de gênero.

A autora Susan Faludi criou o conceito backlash (retaliação ou reação retroativa), apontando para a contraofensiva conservadora desencadeada sempre que as mulheres alcançam avanços sociais significativos. O questionamento dos papéis tradicionais de gênero gera ansiedade e medo em grupos que temem a perda da estabilidade familiar e dos valores tradicionais cristãos. Candidatas que adotam uma plataforma antifeminista oferecem uma resposta direta a esse medo, prometendo restaurar uma ordem mítica, apelando para a literalidade de textos bíblicos e a inerrância da Bíblia, onde as funções masculinas e femininas são rigidamente delimitadas.

A representação descritiva (presença física), portanto, não garante a representação substantiva (defesa dos direitos), de acordo com Hanna Pitkin. O ambiente democrático permite que os próprios mecanismos de representação sejam utilizados para questionar e tentar reverter as estruturas de proteção legal e de direitos conquistados, historicamente, pelo movimento feminista.

A presença de discursos conservadores tensiona o debate público e força a transição de uma visão puramente biológica da presença na política para a exigência de uma representação substantiva, pautada em compromissos programáticos com a justiça de gênero. Neste sentido, é fundamental a memória histórica das lutas e das conquistas dos direitos sociais das mulheres, objetivando a conscientização das novas gerações, afirmando que as conquistas são fruto de lutas coletivas. A articulação entre movimentos sociais, redes de solidariedade e vigilância jurídica atua como um poderoso contrapeso democrático, demonstrando que a luta histórica das mulheres permanece viva, vigilante para denunciar e barrar retrocessos, reafirmando que o espaço público pertence à defesa dos direitos humanos (representação substantiva).

Palavras-chave: mulheres; representação substantiva; backlash; antifeminismo; violências e feminicídios.